



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

ISSN 1678-2089
ISSNe 2178-9258

www.periodicos.ufc.br/contextus

Imersão social, bricolagem espacial e empreendedorismo no contexto de comunidades tradicionais

Social immersion, spatial bricolage and entrepreneurship in the context of traditional communities

Inmersión social, bricolaje espacial y emprendimiento en el contexto de las comunidades tradicionales

<https://doi.org/10.19094/contextus.2023.83320>

Gustavo Passos Fortes

<https://orcid.org/0000-0002-1441-3215>

Professor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e doutorando em Administração na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

gustavo.fortes@unifesspa.edu.br

Cândido Vieira Borges Junior

<https://orcid.org/0000-0003-3362-4074>

Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Ph.D. em administração pela HEC Montréal, Canadá

candidoborges@ufg.br

RESUMO

O empreendedorismo pode ser caminho para melhoria de vida nas comunidades tradicionais, buscando aproveitar potencialidades da cultura local. A imersão social auxilia na compreensão da dinâmica do empreendedorismo em contextos comunitários. Além disso, contribui para o entendimento da lógica da interação social, identificando oportunidades de ações coletivas por meio da bricolagem espacial. Assim, no contexto comunitário tradicional, a bricolagem espacial exemplifica possibilidades de ações conjuntas da população, alinhadas aos costumes e tradições. O presente ensaio teórico tem o objetivo de discutir elementos da bricolagem espacial no contexto da imersão social no empreendedorismo em comunidades tradicionais. Considera a imersão social como elemento da bricolagem espacial ao entender que as potencialidades locais só podem ser aproveitadas por membros alinhados à cultura local.

Palavras-chave: comunidades tradicionais; empreendedorismo; imersão social; bricolagem espacial; cultura local.

ABSTRACT

Entrepreneurship can be a way to improve life in traditional communities by seeking to harness the potential of the local culture. Social immersion helps learn the dynamics of entrepreneurship in community contexts by contributing to the understanding of the logic of embeddedness, identifying opportunities for collective actions through spatial bricolage. Thus, in the traditional community context, spatial bricolage shows possibilities for joint actions by the population that are in line with customs and traditions. This essay discusses elements of spatial bricolage in the context of social immersion in entrepreneurship in traditional communities considering embeddedness as an element of spatial bricolage by understanding that local potential can only be seized by members aligned with the local culture.

Keywords: traditional communities; entrepreneurship; social immersion; spatial bricolage; local culture.

RESUMEN

El emprendimiento puede ser una forma de mejorar la vida en comunidades tradicionales, buscando aprovechar el potencial de la cultura local. La inmersión ayuda a comprender la dinámica del emprendimiento en contextos comunitarios. Ayudanos a entender cómo ocurre la interacción social, identificando oportunidades para acciones colectivas a través del bricolaje espacial. Así, en el contexto comunitario tradicional, el bricolaje espacial ejemplifica posibilidades de acción conjunta de la población, en consonancia con las costumbres y tradiciones. Este ensayo discute elementos de bricolaje espacial en el contexto de inmersión social en el emprendimiento en comunidades tradicionales. Considera la inmersión social como elemento de bricolaje espacial al entender que el potencial local solo puede ser aprovechado por miembros alineados con la cultura local.

Palabras clave: comunidades tradicionales; emprendimiento; inmersión social; espacio de bricolaje; cultura local.

Informações sobre o Artigo

Submetido em 20/01/2023

Versão final em 21/03/2023

Aceito em 23/03/2023

Publicado online em 01/08/2023

Comitê Científico Interinstitucional

Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado

Artigo indicado pelo [EGEPE 2022](#) (fast-track)

Avaliado pelo sistema *double blind review* (SEER/OJS – versão 3)



Como citar este artigo:

Fortes, G.P., Borges Junior, C. V. (2023). Imersão social, bricolagem espacial e empreendedorismo no contexto de comunidades tradicionais. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 21, e83320. <https://doi.org/10.19094/contextus.2023.83320>

1 INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais constituem espaços de limitações de recursos que podem afetar o desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades locais. Assim, é preciso evidenciar ações de melhoria e criação de valor no contexto comunitário, visto que, historicamente, muitas comunidades tradicionais estão inseridas em contextos de isolamento, recebendo atenção limitada das políticas públicas de desenvolvimento (Hocayen-da-Silva et al., 2016).

As características das comunidades tradicionais quanto à sua forma de se organizar e compreender o empreendedorismo, podem apresentar oportunidades e formas distintas de desenvolvimento com participação comunitária, favorecendo o uso das potencialidades locais (Korsgaard et al., 2015, 2021). Assim, despertar o empreendedorismo nas comunidades tradicionais pode ser um caminho para o atendimento do bem-estar econômico familiar, sobretudo, no contexto de países em desenvolvimento (Vial, 2020). No entanto, justamente por serem construídas em contextos específicos, nas comunidades tradicionais, o empreendedor convive com dificuldades institucionais, que vão desde a ausência de apoios governamentais, estrutura local até a logística insuficiente na localidade (Oliveira & Blos, 2012; Vestrum, 2014).

Almeida e Farias Júnior (2013) alertam para a tendência de vincular o termo comunidades tradicionais à ideia de atraso e antiguidade. Sendo assim, corremos o risco de atribuir às comunidades tradicionais uma visão depreciativa baseada no pensamento hegemônico da sociedade moderna. Essa realidade reforça a dificuldade de pesquisadores da ciência da administração em analisar o fenômeno do empreendedorismo em comunidades tradicionais, assumindo a lógica de que essas comunidades são exemplos de algo que foi predominante no mundo, mas sem qualquer possibilidade de aderência ao contexto empresarial atual (Hocayen-da-Silva et al., 2016).

É importante considerar que cada comunidade possui suas particularidades, acatando-se que, em geral, os pequenos negócios nessas localidades adotam formas alternativas de gestão (Costa et al., 2016; Hocayen da Silva, 2015) e, portanto, são necessários diferentes modelos de pensar o empreendedorismo em tais comunidades. A bricolagem, que é caracterizada pelo comportamento do indivíduo na resposta às adversidades usando e reinterpretando apenas recursos disponíveis ou inusitados, pode ajudar enxergar diferentes formas de empreendedorismo no contexto de limitações de recursos (Baker & Nelson, 2005), como é o caso das comunidades tradicionais.

As comunidades tradicionais possuem um potencial questionador ao modelo organizacional e empresarial dominante na literatura. As possibilidades de uma cultura de aplicação de princípios coletivistas colocam novas perspectivas para o estudo do empreendedorismo. Além

disso, é importante utilizar a lógica da antropologia estrutural de Lévi-Strauss (1989) para entender e reforçar que os conhecimentos utilizados pelas culturas tradicionais na modernidade podem evidenciar formas diferenciadas de criatividade, sobrevivência e desenvolvimento de negócios em um determinado espaço comunitário.

As características das comunidades abrem espaço para reflexões teóricas, sobretudo o rural brasileiro nas comunidades tradicionais, inclusive se apropriando de discussões de outros campos que já se dialogam com esse tema a mais tempo, como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia (Carvalho & Macedo, 2018). A reflexão sobre características próprias e contextuais das comunidades tradicionais podem trazer uma nova ótica aos estudos organizacionais indo além da racionalidade instrumental, onde o objetivo da organização é o crescimento e competitividade (Hocayen-da-Silva et al., 2016)

Vale ressaltar que, na área da administração, poucos são os estudos centrados nas especificidades das comunidades locais e sua dinâmica organizacional (Hocayen-da-Silva et al., 2016). Os autores apontam que, geralmente, os estudos centrados na temática das comunidades tradicionais ou locais não são da área de administração e os temas tratados são, em geral, sobre os conhecimentos tradicionais (Brandt & Nodari, 2011; Hanazaki et al., 2018) (ou gestão de recursos naturais (da Silva, 2019). Além disso, Hocayen-da-Silva et al. (2016) afirma que a dinâmica de comunidades tradicionais apresenta um campo interessante e pouco explorado para estudos organizacionais. Nessa dinâmica será possível enxergar formas não convencionais de gestão e apresentarem novas concepções sobre organizações (Hocayen-da-Silva et al., 2016) e, conseqüentemente, de empreendedorismo.

Alguns posicionamentos teóricos podem facilitar a análise ao conceber que, em geral, tais comunidades se caracterizam por: 1) uma imersão social baseada nos relacionamentos e valores compartilhados (Granovetter, 1985); 2) contextos de limitação institucional e de recursos (Baker & Nelson, 2005). O ponto de vista da nova sociologia econômica e da imersão social (Granovetter, 1985) podem auxiliar a análise da dinâmica socioeconômica nas comunidades, visto que o que molda o desenvolvimento comunitário é a relação social estabelecida entre os moradores locais (Korsgaard et al., 2015). Assim, a ocupação do território com valor histórico e emocional é um elemento marcante para as comunidades tradicionais e a origem dos povos tradicionais é marcada por uma história de grande opressão, violência e exclusão (Almeida & Farias Júnior, 2013; Moraes et al., 2017). Essa realidade reforça um sentimento de valorização das tradições comuns, alinhando o modo de vida comunitário às características próprias de cada cultura (Brandenburg, 2010; Cunha, 2007; Moraes et al., 2017).

Considerando a realidade de valorização das tradições a vida comunitária, a imersão social, que é estudada com a nova sociologia econômica (Granovetter,

1985), destaca o empreendedor como um dos elementos estruturantes da dinâmica social de uma população. Assim, o empreendedor nativo e morador da comunidade, está imerso em suas relações sociais com os demais membros construindo a cultura, os costumes e os valores da localidade (Korsgaard et al., 2021). A imersão social auxilia no entendimento dos membros da comunidade tradicional como atores determinantes da estrutura social que é definida pelo agrupamento de indivíduos de acordo com suas posições na sociedade (Johnson, 1997). Nesse contexto, os empreendedores atuam como mobilizadores de recursos (Jack & Anderson, 2002) que favorecem as potencialidades locais ao mesmo tempo em que interagem com os demais membros, possibilitando a valorização da cultura local (Korsgaard et al., 2021).

O termo *bricolage* tem origem na língua francesa e, de um modo geral, remete à trabalhos e execuções manuais que são feitas de improviso com a construção de ferramentas, de matérias primas diferentes ou inusitadas (Lévi-Strauss, 1989). A bricolagem espacial pode ser concebida como o comportamento da reinterpretação dos recursos disponíveis no contexto espacial imediato, com a participação ou valorização comunitária (Korsgaard et al., 2021). Dessa forma, a bricolagem espacial utiliza-se da imersão social dos atores da comunidade e evidencia formas de empreender que são adaptadas aos costumes de um determinado espaço (Yachin & Ioannides, 2020).

O foco da teoria sobre a bricolagem no empreendedorismo é no processo criativo de indivíduos que empreendem com escassos recursos ou “com o que possuem em mãos”, em ambientes de vulnerabilidade social ou mesmo em cenários de limitações institucionais (Baker & Nelson, 2005; Carvalho & Cohen, 2019). Já a bricolagem espacial, considerada um tipo específico de bricolagem, considera a cultura local e participação social. Assim, a bricolagem espacial destaca formas diferenciadas de fazer mais com menos e contornar cenários de limitações impostos pela dinâmica social, com a participação comunitária e recursos próprios da potencialidade local (Klerk, 2015; Korsgaard et al., 2021; Yachin & Ioannides, 2020).

As comunidades possuem características que são baseadas na cultura, costumes, histórias, valores e interação dos seus membros. Muitas vezes, o desenvolvimento da comunidade só é possível com a integração dos seus membros de forma cooperativa, considerando que o acesso aos recursos para o desenvolvimento local é dinamizado pela cadeia de moradores locais (Brandenburg, 2010). Assim, faz-se necessário entender a dinâmica do empreendedorismo nessas comunidades, enxergando a imersão social como um antecedente do comportamento empreendedor na bricolagem espacial (Korsgaard et al., 2021; Yachin & Ioannides, 2020).

Apesar de ter um papel simplificador, o conceito de bricolagem espacial vai muito além do “faça você mesmo” e remete ao modo de execução com o uso direto de

potencialidades culturais e com a participação da comunidade (Korsgaard et al., 2021). O uso das potencialidades e participação comunitária reforça o sentimento de pertencimento, assim, a bricolagem espacial passa a ter um posicionamento direcionador da oportunidade de negócios com recursos disponíveis na localidade, possibilitando um desenvolvimento comunitário frente às dificuldades institucionais (Korsgaard et al., 2021; Yachin & Ioannides, 2020).

Envolver conceitos da imersão social da nova sociologia econômica (Granovetter, 1985) com a bricolagem espacial (Korsgaard et al., 2021; Roberts, 2018) poderá trazer um novo olhar sobre a dinâmica do empreendedorismo em comunidades tradicionais, não somente considerando o contexto, mas entendendo que a vivência comunitária estabelece limites e potencialidades únicas que só podem ser operacionalizadas pela e para a comunidade. A imersão surge como um elemento delineador das ações bricolagem espacial, que, em maior ou menor grau, irá possibilitar oportunidades potenciais da localidade ao mesmo tempo que envolve os membros comunitários em toda a dinâmica do empreendedorismo local (Korsgaard et al., 2021).

Pretende-se assim, destacar avanços teóricos que, não somente considerem o contexto para entender o empreendedorismo, mas que também destaquem particularidades contextuais na forma das relações socioeconômicas da imersão em comunidades tradicionais. Além disso, a literatura carece de modelos teóricos que considerem a imersão social como antecedente da bricolagem. Estudar a dinâmica do empreendedorismo nos contextos das comunidades tradicionais pode auxiliar a entender elementos teóricos da bricolagem espacial. Assim, os estudos sobre a bricolagem em comunidades tradicionais podem trazer novas soluções criativas para a redução da vulnerabilidade social e aproveitamento de potencialidades locais.

Este ensaio tem o objetivo de discutir os elementos da bricolagem espacial no contexto da imersão social no empreendedorismo em comunidades tradicionais. Dessa forma, envolve conceitos da imersão social (Granovetter, 1985) e bricolagem espacial (Korsgaard; Müller; Welter, 2021; Roberts, 2018). Assim, após uma discussão teórica sobre as temáticas, apresenta-se proposições teóricas que podem auxiliar o entendimento da bricolagem espacial nas comunidades tradicionais e, por fim, sugere-se um modelo teórico baseado nas teorias e proposições.

Nesse ensaio, para facilitar o entendimento metodológico e epistemológico que a temática exige, utiliza-se do paradigma estruturalista que se concentra nas estruturas formadas pelas relações humanas onde o conhecimento é formado pelas relações e tem seu princípio nas redes de relações únicas naquele determinado contexto. Essa concepção se baseia na antropologia estrutural de Lévi-Strauss (1962) e fornece possibilidades de explicar como o conhecimento se desenvolve a partir das relações entre os elementos que o compõem. O mesmo

autor foi quem inaugurou o termo bricolagem que, mais tarde, com Baker e Nelson (2005) foi incorporada nos estudos do empreendedorismo, com a bricolagem empreendedora. Já a bricolagem espacial surge do avanço da bricolagem empreendedora em ambientes específicos (Korsgaard et al., 2021), tais como as comunidades tradicionais.

Considerando assim a ausência de estudos específicos sobre a bricolagem espacial na realidade nacional, bem como as possibilidades de identificação dessa nova abordagem da bricolagem no contexto do empreendedorismo em comunidades tradicionais, justifica-se a necessidade da escrita de um ensaio que avance na teoria sobre a bricolagem espacial. Não se pretende esgotar as discussões sobre o tema, mas sim iniciar um debate sobre a bricolagem espacial em contextos específicos da realidade brasileira, tal como as comunidades tradicionais.

Para organizar a discussão, o trabalho foi dividido em cinco tópicos. No tópico seguinte à esta introdução, faz-se uma breve discussão sobre as comunidades tradicionais e o empreendedorismo. Posteriormente, apresenta-se a discussão sobre imersão social – o *embeddedness* – no empreendedorismo. Em sequência, uma apresentação sobre a construção temática da bricolagem e seu avanço na bricolagem espacial e essa relação no contexto das comunidades. Por fim, apresenta-se proposições teóricas e o modelo teórico proposto com sugestões para pesquisas futuras na temática, seguidas das considerações finais.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E EMPREENDEDORISMO

Buscando caracterizar e entender o fenômeno social do empreendedorismo em comunidades tradicionais, inicialmente apresenta-se a caracterização de comunidades, destacando multiplicidades de entendimentos ao termo. Dessa forma, pretende-se, dentro do contexto das comunidades, destacar as comunidades tradicionais e rurais, como um fenômeno de potencial aplicação aos estudos organizacionais, da administração e, conseqüentemente, do empreendedorismo. Além disso, apresenta-se possíveis perspectivas teóricas da sociologia econômica e do empreendedorismo que podem sustentar a discussão da dinâmica do fenômeno empreendedor nas comunidades tradicionais-rurais.

Caracterizar o que são comunidades, sejam elas locais, tradicionais ou rurais, envolve discutir a construção conceitual do termo que se enquadra em categorias de análise da sociologia e antropologia. Ao longo das últimas décadas, o conceito atribuído ao termo “comunidade” ou “comunidade tradicional” agrega considerações científicas de diferentes áreas de conhecimento, trazendo uma multiplicidade de categorias em que cada pesquisador assume o seu ponto de vista, baseado na sua inclinação científica e posição teórica, trazendo resultados por vezes conflitantes, mas, outras vezes complementares (Johnson, 1997; Mocellim, 2010).

Independente da classificação e perfil da comunidade, entende-se que uma comunidade local é uma população humana duradoura e organizada que integra um espaço de proximidade (Mocellim, 2010). Assim, considera-se o comportamento coletivo-solidário entre os membros da comunidade de modo que relações dos indivíduos que a constituem partilhem múltiplos laços: são parentes, amigos ou simplesmente conhecidos; compram e vendem entre si, encontram-se nos mesmos lugares, têm referências comuns (Mocellim, 2010).

Pelo ponto de vista sociológico, Johnson (1997), partindo da lógica de categorias da sociologia, descreve as principais dimensões utilizadas na classificação de comunidades. Com essa descrição, o autor destaca duas dimensões nas quais as comunidades podem ser delimitadas: a) rural/urbana; b) tradicional/moderna. No entanto, devido às características essencialmente distintas de cada comunidade, essa classificação não é simplificada por meio de critérios objetivos ou quantitativos (Johnson, 1997; Mocellim, 2010).

Uma comunidade rural tem como características o tamanho reduzido da população que, em geral, é homogênea em suas atividades, predominante na agricultura. Já a comunidade urbana, é mais numerosa, com moradores mais próximos entre si e mais heterogênea em suas atividades. No entanto, a identificação se a comunidade é rural ou urbana, em geral, é mais arbitrária do que teórica, visto que cada comunidade pode apresentar níveis diferentes de quantidade populacional, densidade ou diversidade de atividades praticadas e, mesmo assim, manter uma identidade rural ou urbana (Johnson, 1997).

Do ponto de vista da dimensão tradicional/moderna, as comunidades tradicionais podem ser mais homogêneas, menos tecnológicas e menos dependentes da mídia. De certa forma, há autores que atribuem à elas a dificuldade de escolaridade, valor mais alto à religião e costumes tradicionais que geralmente são passados de geração em geração preservando saberes antigos de povos discriminados e violentados, tais como indígenas e quilombolas. Já as comunidades modernas são mais heterogêneas em sua cultura, com menos religiosidade, mais dependentes das tecnologias e com atividades laborais mais diversificadas. Em geral, as comunidades modernas têm uma mídia mais desenvolvida e uma escolaridade maior por possuírem mais diversidade de instituições de educação formal (Johnson, 1997).

Devido as dificuldades de identificação das dimensões das comunidades na prática, a classificação dessas comunidades se torna uma tarefa ainda mais complexa. As comunidades apresentam níveis diferentes de tradicionalidade ou modernidade, assim como níveis distintos de urbanização na comunidade rural. Assim, as comunidades podem ser classificadas em até quatro tipologias: 1) rural-modernizada; 2) Urbana-metropolitana; 3) Tradicionais no meio rural; e 4) Tradicionais no meio urbano. Assim, as comunidades podem ser de características compartilhadas das diferentes dimensões,

além de níveis distintos de urbanização e modernidade. A figura 1 demonstra um quadrante de possibilidades de enquadramento de comunidades pela lógica das dimensões destacadas por (Johnson, 1997).

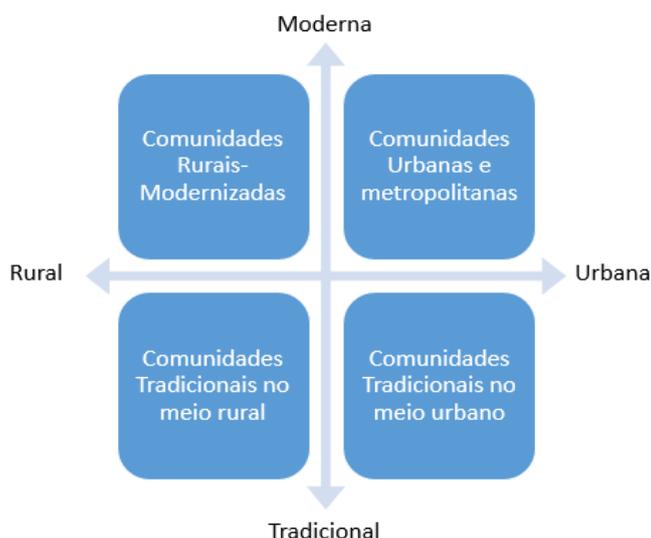


Figura 1. Quadrante das dimensões de caracterização de comunidades locais

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Johnson (1997).

Mais especificamente sobre comunidades tradicionais, o reconhecimento delas como conceito específico foi marcado por uma imprecisão conceitual que permite trabalhar com uma categoria vaga ou genérica, remetendo a populações étnicas ou tribais, ou tratando de grupos sociais historicamente específicos e distintos entre si (Carvalho & Macedo, 2018). Assim para uma corrente de pensamento, o conceito único e amplo de “comunidade tradicional” pode pulverizar as particularidades de cada comunidade dificultando sua caracterização. No entanto, para outra corrente, justamente essa amplitude de conceitos é que permite destacar diversos modos de vida que sobrevivem e resistem ao logo do anos (da Silva, 2019).

Para Carvalho e Macedo (2018), no Brasil, a discussão sobre comunidades e populações tradicionais ganha força por meio da necessidade de políticas específicas para essa população, no entanto, para Barretto Filho (2006), o debate ganha forma devido a três principais pautas: 1) pauta ambientalista na criação de áreas protegidas com conflitos com população locais; 2) diálogo sobre o processo de formação do povo brasileiro; e 3) protagonismo dos movimentos sociais frente à violência em territórios tradicionais. Essas pautas reforçam a necessidade de entender a dinâmica e a apropriação dos conceitos sobre populações e comunidades tradicionais (Castro & Oliveira, 2016).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), juntamente com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNPCT), o decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 busca o reconhecimento e preservação de outras formas de organização social. Sendo assim, estabelece que

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, Decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007).

Como exemplos de PCTs do Brasil, podemos citar os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros. Cada uma dessas comunidades possui diferentes características que devem ser preservadas e respeitadas em suas singularidades, considerando a tradição e a construção histórica brasileira. Seus costumes, crenças, modo de viver e demais aspectos do cotidiano nas comunidades tradicionais fazem parte da cultura brasileira e formação do nosso povo (Brasil, 2007).

Há uma tendência de considerar nas comunidades tradicionais os fatores biológicos, sociais e culturais, visto que elementos como família, tradição, mitos, costumes, crenças e valores representam a compreensão da comunidade. De forma complementar, questões relativas ao território, localidade e modo de vida também são importantes para entender os limites de uma comunidade. Dessa forma, nas comunidades tradicionais do meio rural, o território, o modo de vida e alternativo de produção são fortemente baseados na agricultura na coletividade e distantes do limite da estrutura urbana das cidades (Brandenburg, 2010).

Por se construir distante da estrutura urbana, o modo de vida essencialmente rural das comunidades pode variar de acordo com a dependência do meio urbano (Brandenburg, 2010). Há comunidades completamente dependentes do meio urbano, já outras são mais autossuficientes operando de forma mais autônoma frente às cidades vizinhas. Essa característica da comunidade poderá ser um fator de precariedade nas condições de vida, mas também pode despertar potencialidades locais, por meio de recursos únicos, com grande carga cultural na comunidade (Hocayen-da-Silva et al., 2016). Essa característica ilustra o contexto de limitação institucional e de recursos presente nas comunidades, sendo assim, um dos modos de aproveitar e desenvolver a potencialidade local pode ser analisada pela ótica da bricolagem e do empreendedorismo.

O empreendedorismo pode ser visto como um elemento impulsionador da economia local, bem estar social e também de resposta às demandas sociais (Vieira et al., 2022). No que se refere ao empreendedorismo no contexto de comunidades, há de se considerar que todo o desenvolvimento local parte da ação de indivíduos mobilizadores de recursos internos, no entanto, há uma necessidade de criação de valor social que preencha uma lacuna ou satisfaça necessidades da comunidade

(Korsgaard et al., 2021). Esse movimento é bastante similar ao empreendedorismo social que consiste em um tipo de empreendedorismo que explora oportunidades advindas das necessidades sociais não atendidas na localidade (Barki et al., 2015; Iizuka et al., 2015).

Vale destacar que, em geral, no empreendedorismo social, há o atendimento de necessidades sociais com a participação e mobilização da comunidade nas ações empreendedoras (Vieira et al., 2022). Esse envolvimento comunitário é também tem uma característica marcante para a realidade comunidades tradicionais, onde as ações empreendedoras são marcadas pelas relações sociais do pertencimento ao grupo e costumes compartilhados (Brandenburg, 2010).

À primeira vista, o empreendedorismo social e o comunitário são tipos comuns à estrutura de comunidades tradicionais, no entanto, uma das características que definem uma estrutura do empreendedorismo na comunidade é a relação social que é estabelecida, seja por relações de parentescos, proximidade, afinidades, costumes, antepassados em comum ou simplesmente por pertencimento ao grupo comunitário (Brandenburg, 2010). Vale e Corrêa (2015) ressaltam que empreendedorismo é influenciado por essas estruturas sociais que se expressão na forma redes de relacionamento, influenciando as ações individuais e até mesmo os ganhos econômicos na localidade. Portanto, o que caracteriza de fato o empreendedorismo em comunidades é atuação na estrutura da comunidade por meio de afinidades, costumes e pertencimento (Brandenburg, 2010).

Por fim, considerando que tanto a imersão social quanto o contexto de limitação institucional estão presentes em diferentes níveis nas comunidades, assim, cada comunidade reage às limitações de uma forma e os indivíduos imersos em suas vivências sociais se articulam para preservar seus interesses locais (Korsgaard et al., 2015). Nesse sentido, considerando que a figura do empreendedor nessas comunidades pode destacar importantes atores de mobilização de recursos e institucionalização, o empreendedorismo em comunidades tradicionais pode ser estudado pela perspectiva de imersão social de Polanyi (2001) e de Granovetter (1985), considerando que a figura do empreendedor nessas comunidades pode destacar importantes atores de mobilização de recursos e institucionalização na imersão social. O tópico seguinte aborda com mais profundidade a questão da imersão social.

3 IMERSÃO SOCIAL

De acordo com Vale e Corrêa (2015), na lógica da economia clássica e neoclássica, os empreendedores são considerados como seres atomizados que produzem bens e serviços no mercado competitivo. No entanto, com o avanço além da economia neoclássica, percebe-se a necessidade de superar a chamada racionalidade econômica, que considera o indivíduo (*homo economicus*)

como independente da estrutura social e guiado pelo sistema de preços e maximização da utilidade no consumo. Assim, a integração da sociologia com a economia permite considerar questões como cultura, valores e normas sociais na ação (e decisões) econômica dos indivíduos (Bovo, 2014).

A ideia da Sociologia Econômica está centrada na integração da sociologia com a economia e tem a obra clássica denominada “A Grande Transformação” de Polanyi (2000) como uma de suas principais referências. O autor parte da lógica que há diferentes formas de integração e ações econômicas dos indivíduos que são orientadas por condições essencialmente estruturais e institucionais. Dessa forma, avançando nesse pensamento, Granovetter (1985) procura mostrar como a estrutura social afeta as questões econômicas. Assim, a perspectiva da sociologia econômica considera que toda ação de um agente econômico é a consequência da tomada de decisão que leva em conta fatores sociais e pessoais (Cárdenas et al., 2011).

O trabalho de Granovetter, (1985), na construção da Nova Sociologia Econômica, preenche uma lacuna estrutural do entendimento do empreendedor como ator social imerso em estruturas socioeconômicas nas quais ele é um dos elementos estruturantes (Corrêa et al., 2020). Aprimora-se assim o uso do termo *embeddedness*, que, no português pode ser chamado de imersão, enraizamento ou incrustação. Tal termo refere-se à dinâmica social na qual as ações dos indivíduos estão imersas “em redes de relações pessoais ao invés de serem realizadas por atores atomizados” (Granovetter, 1992, p 4). Assim, os empreendedores estão imersos nas suas relações sociais e ajudam a construir a característica da localidade (Korsgaard et al., 2021; Vestrum, 2014). Nesse sentido, o empreendedor é um ator de construção social que irá mobilizar seus recursos e dinamizar as relações sociais da cultura local.

A ideia central da imersão social é de que os indivíduos estão conectados pelos seus laços sociais no ambiente e contextos que estão inseridos, assim, os empreendedores como todos os indivíduos estão em diferentes graus encaixados no contexto (Uzzi, 1997; Wigren-Kristoferson et al., 2022). Esses contextos estabelecem condições para a ação social e a imersão no empreendedorismo se torna um conceito amplo, sendo assim, os limites de ação individual, processos de negócios e obtenção de recursos interferem em diferentes aspectos da imersão e possibilitam diferentes formatos de empreendimentos (Welter, 2011; Wigren-Kristoferson et al., 2022; Zahra et al., 2014).

O desenvolvimento sobre o campo de estudo da imersão social no empreendedorismo levou a um crescimento de publicações que incorporam o empreendedor em contextos sociais e institucionais (Nowak & Raffaelli, 2022; Wigren-Kristoferson et al., 2022). No entanto, as mudanças tecnológicas e comportamentais das

últimas décadas somadas às divergências conceituais sobre a imersão social, trouxeram dificuldades no entendimento prático sobre imersão. Muitas vezes ela pode ser confundida como integração ou com o contexto estudado (Wigren-Kristoferson et al., 2022).

Outra dificuldade na utilização da imersão social no campo do empreendedorismo foi a questão da agência do empreendedor que pode ser conceituada pela reflexão de como o empreendedor iria agir, considerando-os apenas reativos à imersão (Davidsson, 2015; Trettin & Welter, 2011). Essa questão é particularmente importante quando se estuda o contexto de comunidades, visto que a imersão pode facilitar ou dificultar o empreendedorismo no contexto Trettin e Welter (2011). Assim, é preciso entender que a ação do empreendedor é um fator importante para a inserção na comunidade e que não são somente os valores sociais e relacionamentos que garantem o empreendedorismo na comunidade (Redhead & Bika, 2022), principalmente no caso de comunidades com dificuldades institucionais (Larsen et al., 2022).

Em uma perspectiva diferente, o texto de Newbert & Tornikoski (2013) explora a imersão na perspectiva de que laços sociais podem aumentar o custo de aquisição de recursos. Os autores exploram a dependência dos laços sociais fortes, como aqueles de parentes e amigos. Assim, constatam que, ao iniciar o negócio, o empreendedor depende de recursos que são fornecidos por seus laços sociais. No entanto, ao longo da trajetória, essa dependência pode ser nociva, visto que à medida que se incorpora e se posiciona na imersão, os recursos podem ficar específicos e mais caros.

De forma similar, o estudo de Pahnke et al. (2015) enfatiza e explora desvantagens dos empreendedores estarem inseridos em uma rica rede de relacionamentos interorganizacionais. Destacam que a imersão social por meio de uma exposição competitiva nos relacionamentos com intermediários poderosos pode inibir a inovação. Os autores desenvolvem o conceito de “vazamento de informações competitivas” que ocorre no vínculo indireto de concorrentes por meio de laços e contatos compartilhados. Assim, a imersão social com laços indiretos com concorrentes impede a inovação por meio fatores relacionados a identificação de oportunidades, motivação do relacionamento e vazamento de informações.

A imersão social pode ser um fator facilitador do processo de empreendedorismo, considerando que ela desempenha um papel de sustentação dos negócios, facilita a identificação de oportunidades e acesso a recursos importantes (Jack & Anderson, 2002). No entanto, a competição e a própria estrutura social da localidade podem favorecer um distanciamento que inviabiliza diversos tipos de negócios. Dessa forma, sendo a imersão social um elemento que molda a dinâmica social, ela pode também reforçar uma cultura imprópria para o empreendedorismo (McKeever et al., 2015).

3.1 Imersão social e comunidades tradicionais

No contexto de comunidades, mesmo que aparentemente atuando individualmente, os empreendedores locais se mobilizam em meio às suas relações sociais, agindo como empreendedores comunitários, assim, cada empreendimento favorece o bem-estar da comunidade e possibilita a mobilização dos habitantes para a ação coletiva em busca de recursos e benefícios compartilhados (Vestrum, 2014). As relações que são firmadas na comunidade são baseadas no relacionamento e na confiança estabelecidas pelos membros (Bouças da Silva et al., 2020). Assim, o contexto do empreendedorismo em comunidades se dá por meio das relações sociais dos membros da comunidade.

As redes de relacionamento são elementos fundamentais para o desenvolvimento de empreendedorismo em comunidades, assim como no desenvolvimento de uma localidade (Korsgaard et al., 2015). Estudos como o de Urano & Nóbrega (2020) e McKeever et al. (2015) destacam que o engajamento na imersão social na comunidade possibilita não somente o acesso aos recursos locais ou externos, mas também uma relação de apoio e valorização dos empreendedores locais. Para os autores, essa valorização de apoio construída na rede, ocorre devido ao sentimento comunitário de beneficiar a comunidade por meio do apoio aos empreendimentos locais.

Pode-se destacar que as comunidades se estruturam por meio do compartilhamento de valores, histórias e recursos. A tendência é que o desenvolvimento empresarial local seja por meio da cooperação e não por meio da concorrência e do contínuo crescimento empresarial. A lógica da necessidade de empreender localmente, em geral, não é simplesmente pelo sustento e bem-estar familiar, mas sim com foco no desenvolvimento da localidade. Assim, com o contexto de limitação institucional e de recurso, a imersão social é uma realidade que reflete diretamente no empreendedorismo existente nas comunidades (Oliveira & Blos, 2012; Yachin & Ioannides, 2020).

Considerando a lógica imersiva e de cooperação em redes formadas no âmbito das comunidades tradicionais, os empreendedores são atores importantes para superar restrições de recursos e reinterpretar criativamente o que se tem em mãos, tais como tecnologias desatualizadas, recursos não padronizados, histórias locais e capital humano menos instruído (Senyard et al., 2014). Essa reinterpretação dos recursos e papéis institucionais na comunidade pode ser motivada por ações da bricolagem espacial, uma vez que o valor que se dá ao recurso estará ligado à história e sentimento compartilhado na comunidade. Assim, de forma cooperativa, o que importa não é a competitividade em si dos empreendimentos, mas sim o papel que ele exerce na mobilização de recursos na comunidade (Korsgaard et al., 2015, 2021).

Partindo do entendimento que entender a dinâmica da imersão social em comunidades tradicionais pode ajudar a destacar o empreendedorismo como fator articulador das potencialidades e na cultura local. Dessa forma, a imersão e as relações sociais favorecem as ações da bricolagem no espaço comunitário, não somente como uma sub-forma de empreender em comunidades, mas sim por favorecer a mobilização, cocriarão e parcerias entre os membros (Klerk, 2015; McKague & Oliver, 2016). Essa mobilização comunitária constitui uma importante evidência da bricolagem espacial ao suprimir o efeito conhecido de uma concorrência e ratificar o valor da cultura como uma potencialidade local (Korsgaard et al., 2015).

O próximo tópico explora a questão da bricolagem, bem como a sua especificidade na forma espacial. Discute a bricolagem espacial como meio de ação de empreendedorismo na imersão social de comunidades tradicionais.

4 BRICOLAGEM ESPACIAL

Para destacar o fenômeno da bricolagem espacial no contexto do empreendedorismo em comunidades tradicionais, este tópico primeiramente apresenta conceitos e aplicações da bricolagem no contexto do empreendedorismo. Sendo assim, apresenta conceitos e diferentes aplicações da bricolagem e, posteriormente, apresenta-se as especificidades da bricolagem espacial destacando como ela pode ajudar a compreender o empreendedorismo em comunidades tradicionais.

4.1 Conceitos e aplicações da bricolagem

O antropólogo Lévi-Strauss (1989) em seu livro *O Pensamento Selvagem*, um dos primeiros a utilizar o termo Bricolagem, afirma que a evidência mais marcante sobre a utilização da bricolagem é o uso da criatividade para fazer acontecer (ou transformar) com recursos escassos, utilizando-se de parcerias e conhecimentos prévios ou tradicionais. Assim, o termo “bricolagem” se refere ao modo de conhecer e fazer acontecer criativamente, sem uma sistemática planejada, de diferentes culturas e comunidades (Baker & Nelson, 2005).

Um dos recursos característicos da bricolagem é a criatividade (Machado, 2020), sendo assim, ela se mostra por meio de um comportamento inovador frente às dificuldades encontradas, resultando em soluções inusitadas aos olhos comuns (Davidsson et al., 2017). De acordo com Di Domenico et al. (2010), a recombinação de recursos, acrescida da criatividade é que possibilita a criação de algo valioso, sobretudo com a criação de valor social. De forma complementar, outro elemento importante da bricolagem são os relacionamentos sociais (McKague & Oliver, 2016), sendo assim, Klerk (2015) afirma que a bricolagem realizada por um grupo de pessoas que trabalham entre si, no esquema de co-criação, constitui uma bricolagem cooperativa, considerada uma sub-forma

de bricolagem. Assim, destaca-se a importância dos relacionamentos para a aplicação concreta da bricolagem em um contexto específico de comunidades (McKague & Oliver, 2016).

Outro elemento importante da bricolagem são os relacionamentos sociais. Na verdade, Klerk (2015) afirma que a bricolagem realizada por um grupo de pessoas que trabalham entre si, no esquema de co-criação, constitui uma bricolagem cooperativa, considerada uma sub-forma de bricolagem, assim, destaca-se a importância dos relacionamentos para a aplicação concreta da bricolagem em um contexto específico de comunidade (McKague & Oliver, 2016).

Para mensurar a bricolagem nas organizações, Salunke et al. (2013) propõem variáveis como dinamização de recursos no modelo de negócios, bem como a consequente agregação de valor dessas soluções inovadoras. De forma similar, (Davidsson et al., (2017) e Senyard et al. (2014) destacam que a bricolagem é identificada nas organizações por meio da proposição de soluções com os recursos existentes, da utilização efetiva desses recursos e da forma de lidar com os desafios aplicando tais recursos.

No contexto organizacional e da administração, a bricolagem assume o papel de resolver problemas empresariais ao mesmo tempo que dinamiza recursos na exploração de oportunidades (Perkmann & Spicer, 2014). De fato, grande parte das empresas são geridas com limitação de recursos, assim, a bricolagem organizacional pode possibilitar a quebra de limites e barreiras institucionais, inclusive no empreendedorismo (Korsgaard et al., 2016).

No empreendedorismo, Fisher (2012) afirma que a bricolagem pode ser destacada na criação de novos negócios, pois, utilizando essas habilidades próprias, o empreendedor oferece produtos e soluções que não seriam possíveis sem o processo de improvisar. Assim, a bricolagem cria um valor para materiais simples, possibilitando a expansão de pequenos negócios e o consumo baseado no benefício econômico da recombinação de processamentos criativos (Machado, 2020). Os estudos de Baker e Nelson (2005) revelaram que, quando as empresas se encontram em um ambiente de limitações, uma das alternativas plausíveis é engajar-se em bricolagem a partir de três características básicas: 1) a improvisação também denominada de “making do”; 2) refere-se aos recursos internos e externos que estão em mãos e disponíveis gratuitamente ou a um custo irrisório; e 3) a combinação de recursos para novos objetivos.

A bricolagem empreendedora aborda oportunidades e soluciona problemas, recorrendo aos recursos que são desvalorizados ou descartados, e normalmente estão disponíveis gratuitamente ou a um baixo custo, como é o caso por exemplo, dos resíduos sólidos, que podem ser reutilizados, mediante um conjunto de atividades resultantes da criatividade e improvisação (Davidsson et al.,

2017). Nessa direção, é evidente que a bricolagem estimula a inovação e, embora as restrições de recursos possam dificultar novas estratégias competitivas, as empresas envolvidas com bricolagem estão dispostas a experimentá-las, com intuito de enfrentar os desafios da inovação (Yu et al., 2020).

Por se tratar de uma prática pessoal aplicada ao uso de recursos escassos, as ações de bricolagem podem ser realizadas em diferentes domínios complementares, tais como apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Domínios de aplicação da Bricolagem no contexto do empreendedorismo

Domínio de aplicação	Característica
Insumos físicos	Utilização de materiais descartados, reutilizados, reciclados ou desprezados, fazendo com que eles tenham outra função e valor.
Insumos de trabalho	Utilização de networks estratégicos como clientes, fornecedores e apoiadores que participam ativamente do processo agregando recursos e valor por meio do trabalho.
Insumos de habilidade	Utilização de conhecimentos tradicionais, autodidatas ou amadores para construção de ideias desprezadas ou desconsideradas.
Clientes ou mercado	Concepção de novos produtos ou serviços que recombina possibilidades e soluções complementares ou incrementais.
Ambiente institucional	Ação e mobilização de indivíduos empreendedores que se recusam aceitar limitações do ambiente.

Fonte: Adaptada pelos autores de Fisher (2012) e Baker e Nelson (2005).

Cabe destacar estudos recentes que utilizam a bricolagem no contexto organizacional e do empreendedorismo. O trabalho de Machado (2020) analisa todo o processo empreendedor e de desenvolvimento de um circo contemporâneo por meio da abordagem da bricolagem empreendedora. A autora, por meio de um estudo de caso, descreve desde o nascimento do circo, fazendo referência ao making do, e destaca as respostas às limitações do ambiente por meio de ações de bricolagem. Aponta-se também, a utilização criativa da improvisação, mobilização inusitada das networks e da reputação. Os dados demonstram um claro exemplo da aplicação da bricolagem empreendedora em um contexto de dificuldades e soluções criativas.

Já no contexto internacional, buscando a inclusão social por meio do empreendedorismo, Villares-Varela et al. (2018) conduziram um estudo centrado na prática da bricolagem no empreendedorismo de baixa renda, ressaltando comportamentos importantes para enxergar o empreendedorismo como subsistência pelos imigrantes na França. Os autores conduziram entrevistas com empreendedores migrantes e destacam que, pela falta de capital financeiro, as atividades geralmente são de baixo valor agregado caracterizando uma aparente sobrevivência por meio da bricolagem. Porém demonstram capacidade de trabalhar bricolagem cooperativa que produz resultados empresariais que vão além da pura sobrevivência, sendo eles agentes sociais altamente ativos, demonstrando considerável capacidade de inovação.

O texto de Reypens et al., (2021) parte da necessidade de empreendedores alocados em regiões de poucos e escassos recursos sejam engenhosos. Para os autores, essa engenhosidade vem do atendimento às necessidades básicas das comunidades economicamente marginalizadas. Essas comunidades são, muitas vezes, mal atendidas por serviços mais sofisticados, demandando

soluções tecnológicas de medicina, por exemplo. No contexto estudado pelos autores, a bricolagem surge então como uma abordagem pela qual os empreendedores trabalham com o que tem disponível para superar as restrições de recursos, no caso de soluções de medicina. No entanto, os autores esclarecem que o uso excessivo da bricolagem pode prejudicar a qualidade do produto e a escala da inovação que são itens tão importante para o setor da tecnologia e da saúde.

Assim, para contornar a situação da qualidade, uma outra abordagem da literatura, denominada busca de recursos, explica como as empresas de tecnologia conseguem, mobilizam e utilizam recursos sofisticados (Desa, 2012; Reypens et al., 2021), tais como os necessários aos serviços de saúde. Nesse sentido, Reypens et al. (2021) destaca a tendência da literatura em tratar a bricolagem em contraste de outras maneiras de mobilização de recursos, em geral, não enxergam a bricolagem como uma forma complementar à da busca por recursos (ou vice-versa). Para os autores é preciso tratá-las de forma dinâmica e examinar as maneiras pelas quais empresas empregam tanto a bricolagem quanto a busca por recursos sofisticados (Reypens et al., 2021).

Apresentado de modo tão amplo, o conceito de bricolagem tem operado como raiz de termos como: bricolagem empreendedora (Davidsson et al., 2017), bricolagem organizacional (Salunke et al., 2013), bricolagem social (Di Domenico et al., 2010) e Bricolagem Espacial (Korsgaard et al., 2021). Esses termos têm sido tomados tanto como tipos particulares desse fenômeno quanto como mecanismos dos característicos da própria ação da bricolagem. As consequências dessa quantidade de termos para a área do empreendedorismo ainda precisa ser mais bem definida (Scazzioti et al., 2020). A Tabela 2 apresenta as principais aplicações dos conceitos da bricolagem.

Tabela 2

Conceitos e aplicações da Bricolagem

Aplicação	Conceito/autores
Bricolagem tradicional	Execuções manuais que são feitas de improviso com matérias primas diferentes ou inusitadas (Lévi-Strauss, 1989; Baker; Nelson, 2005).
Bricolagem Organizacional	Resolução de problemas empresariais ao mesmo tempo que dinamiza recursos e oportunidades, quebrando limites e barreiras institucionais (Perkmann; Spicer, 2014; Korsgaard; Anderson; Gaddefors, 2016; Salunke; Weerawardena; Mccoll-Kennedy, 2013; Senyard Et Al., 2014).
Bricolagem Empreendedora	Bricolagem no contexto de criação de novos negócios, utilizando habilidades próprias, oferecendo produtos e soluções que não seriam possíveis sem o processo de improvisar (Fisher, 2012).
Bricolagem de Redes	Realizada em grupo com pessoas que trabalhando entre si, no esquema de cocriarão, de forma criativa e com formatos diversos de cooperação (McKague & Oliver, 2016).
Bricolagem Social	Aplicação da criação de valor “do nada” por meio de adaptação à bricolagem em três construtos naturalmente associados ao empreendedorismo social: criação de valor social, participação das partes interessadas e persuasão (Di Domenico et al., 2010).
Bricolagem Espacial	Obtenção de recursos por meio de um comportamento de reaproveitamento do que tem disponível na cultura local e com envolvimento direto da comunidade (Yachin; Ioannides, 2020; Korsgaard et al., 2021).

Fonte: Adaptada pelos autores.

Como destacado na tabela anterior, a bricolagem espacial prevê uma participação comunitária e utilização dos recursos da cultura e localidade. Na realidade das comunidades tradicionais, o valor da cultura local e sentimento comunitário pode ser um fator determinantes para a sobrevivência da comunidade e do desenvolvimento do empreendedorismo (Carvalho & Macedo, 2018; Moraes et al., 2017). Sendo assim, a bricolagem espacial constitui um importante lente teórica para a compreensão do fenômeno nesse contexto. O subtópico a seguir discute as particularidades e especificidades da bricolagem espacial como perspectiva teórica.

De acordo com Scazziota et al., (2020), em geral, a abordagem da bricolagem ocorre a partir de diferentes mecanismos de comportamentos, ferramentas criadas e revisa questões emergentes do empreendedorismo, expondo que os estudos abordam mais os benefícios da bricolagem para os empreendedores em diferentes situações estruturais, Stinchfield et al., (2013), Maciel et al. (2014) e Duymedjian & Rüling, (2010) são exemplos de trabalhos nessa linha. Independente da abordagem e aplicação da bricolagem, os conceitos se convergem e criam um espaço de análise semelhante ao da bricolagem espacial, sobretudo no contexto de comunidades.

4.2 Especificidades da bricolagem espacial e comunidades tradicionais

Na prática empreendedora em uma comunidade tradicional, a bricolagem espacial deve desenvolver saídas e soluções frente às barreiras e dificuldades específicas da localidade. O empreendedor, morador e nativo da comunidade, já empreende conhecendo as limitações, aproveitando as potencialidades e recursos existentes na cultura local. Sendo assim, explorar as dificuldades e recursos específicos da localidade constitui uma importante categoria na análise do empreendedorismo em comunidades tradicionais. Estudar essa categoria permite explorar o ponto de vista da comunidade e evidenciar como a improvisação do empreendedor estabelece uma forma diferenciada de empreender (Korsgaard et al., 2021; Roberts, 2018; Yachin & Ioannides, 2020).

Somando ao modelo clássico, a bricolagem espacial destaca a valorização e a resignificação de recursos próprios da comunidade, além de incrementar o comportamento comunitário dos membros em busca de uma valorização da potencialidade local. Assim, entre outras formas, uma forma de estudar o despertar do empreendedorismo em comunidades pode ser a Bricolagem Espacial, visto que ela considera os aspectos culturais locais e o envolvimento da comunidade no empreendedorismo (Yachin; Ioannides, 2020).

De certa forma, a bricolagem espacial considera um espaço delimitado de ação e pode ser destacada como um comportamento de ação comunitária que se baseia em: a) reinterpretação dos recursos existentes, b) características únicas da cultura local; e c) no envolvimento dos membros comunidade (Korsgaard et al., 2021). A reinterpretação dos recursos existentes perpassa pela valorização do potencial local, ao mesmo tempo que insere a particularidade da localidade. Tais recursos só seriam valorizados dessa forma dentro do espaço comunitário e, assim, agrega valor e renda aos membros locais (Korsgaard et al., 2016). Além disso, o envolvimento dos membros da comunidade no processo de bricolagem espacial possibilita não somente uma cooperação e as redes estratégicas formadas, mas sim a valorização do empreendedor vizinho como parte de um todo comunitário, invertendo o entendimento de concorrência ou vantagem competitiva (Korsgaard et al., 2021; Vestrum, 2014; Yachin & Ioannides, 2020).

A importância das relações sociais e network no processo de bricolagem foi destacada no estudo de (Klerk, 2015a) que rediscute o papel da bricolagem na indústria e economia criativa. Esse mesmo destaque pode ser aplicado ao contexto das comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, considerando a construção dos processos participativos na organização social dessas comunidades (Oliveira & Blos, 2012). Assim a bricolagem espacial reforça a importância da cultura local e destaca os processos únicos de empreender em cada comunidade (Korsgaard et al., 2021).

Em geral, as ações de bricolagem espacial recorrem ao envolvimento de agentes presentes na estrutura social moldada por ambientes restritos e de dificuldades

institucionais (Korsgaard et al., 2021). Toda essa base conceitual da bricolagem perpassa sobre a ideia da mobilização de recursos por atores envolvidos nessa estrutura social. Assim, da mesma forma que estabelece uma ligação com as teorias da imersão social (Granovetter, 1985), a bricolagem, como um todo, estabelece a ligação com a teoria baseada em recursos (Alvarez & Barney, 2014; Barney, 1991) ao considerar a obtenção e uso dos recursos disponíveis como fonte de vantagem competitiva (Scazzioti et al., 2020). Portanto, mesmo em um cenário de limitações de recursos, a competição é um fator fundamental para a obtenção de recursos (Lopes et al., 2021) e as ações de bricolagem podem possibilitar essa vantagem competitiva.

No entanto, o estruturalismo de Levi-Strauss (1962) coloca a ideia de que o conhecimento e modo de fazer das pequenas localidades pode apresentar formas de conhecimentos únicos. Esses conhecimentos possibilitam a reinterpretação dos do uso dos recursos locais. Essa constatação é especialmente importante para as discussões da bricolagem espacial, considerando que as potencialidades locais e a cultura são elementos fundamentais para que o comportamento comunitário possa efetivamente trazer resultados positivos para a comunidade (Yachin & Ioannides, 2020).

5 PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

Considerando a dinâmica do empreendedorismo nas comunidades tradicionais, destaca-se dois posicionamentos teóricos que podem auxiliar na pesquisa: 1) Contextos de limitação institucional e de recursos (Baker & Nelson, 2005); 2) imersão social (Corrêa et al., 2020; Granovetter, 1985, 1992). Além disso, insere-se a perspectiva da Bricolagem Espacial que considera o comportamento cultural e participativo da comunidade (Korsgaard et al., 2021). Essas categorias juntas podem auxiliar na discussão da Bricolagem Espacial e avançar em uma perspectiva teórica da imersão social do empreendedor de comunidades tradicionais.

Destaca-se então quatro proposições que podem ser estudadas com profundidade, buscando entender melhor a lógica da bricolagem espacial dentro do contexto das comunidades tradicionais.

A primeira proposição considera que uma forma evidente de superar restrições de recursos em localidades é reinterpretar criativamente o que se tem em mãos, tais como tecnologias desatualizadas, recursos não padronizados, histórias locais e capital humano menos instruído (Senyard et al., 2014). Essa reinterpretação dos recursos pode ser motivada por evidências da bricolagem espacial, uma vez que o valor que se dá ao recurso estará ligado à história e sentimento compartilhado na comunidade (Yachin & Ioannides, 2020). Assim, considerando-se que as potencialidades locais são comuns a todos os membros da comunidade, essa reinterpretação envolve a necessidade de cooperação ou mesmo parcerias entre empreendedores de diferentes atividades.

P1: O uso ou reinterpretação de recursos e potencialidades locais favorece a cooperação dos empreendedores com os demais atores da comunidade tradicional.

As comunidades tradicionais podem apresentar níveis diferentes de tradicionalidade ou modernidade, assim como níveis distintos de urbanização na comunidade rural (Mocellim, 2010). Sugere-se que as ações de bricolagem espacial são mais evidentes em comunidades com maiores dificuldades locais, sendo aquelas com menor acesso a serviços de infraestrutura formal. Além disso, as dificuldades locais favorecem ações de cooperação entre seus membros possibilitando construções criativas frente aos problemas. Essa cooperação eleva o sentimento de valorização da cultura local e da potencialidade local. Dificuldades institucionais podem motivar a cooperação, valorização cultural e oportunidades nos potenciais locais, assim, facilita ações de bricolagem espacial (Korsgaard et al., 2021). A segunda proposição destaca que são as dificuldades locais somadas à valorização da cultura tradicional que poderá motivar ações de bricolagem espacial nas potencialidades da comunidade.

P2: As dificuldades locais somadas à valorização da cultura local na comunidade tradicional incentivam ações de bricolagem espacial.

Nas comunidades tradicionais, o uso pelos empreendedores das questões culturais, históricas e com a preocupação do bem-estar da comunidade favorece a bricolagem espacial. Além disso, há diferentes níveis de imersão social e ações de bricolagem espacial (Korsgaard et al., 2015). Assim, a terceira proposição considera que, nas ações bricolagem espacial, o que mais importa é o papel que cada empreendedor exerce na mobilização de recursos na comunidade (Korsgaard et al., 2015, 2021; Vestrum, 2014).

P3: Participação e cooperação dos empreendedores com demais atores locais da comunidade tradicional facilita as ações de bricolagem espacial.

A quarta e última proposição considera que a bricolagem espacial cria oportunidades ao trazer uma postura cooperativa na pelos empreendedores da comunidade (Korsgaard et al., 2021). Portanto, a imersão social é um facilitador do processo de bricolagem espacial, visto que uma interação e formação de redes de relacionamento possibilitam ações cooperativas com a utilização das potencialidades locais.

P4: A imersão social é um facilitador da bricolagem espacial na comunidade tradicional ao favorecer ações cooperativas com o uso da cultura local.

Para complementar o estudo, conforme a Figura 2, com base nas proposições e conceitos destacados na literatura sobre imersão social, bricolagem e empreendedorismo em comunidades tradicionais sugere-se o modelo teórico.



Figura 2. Modelo teórico proposto.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tal modelo teórico sugere um ciclo que relaciona a questão da utilização dos recursos às potencialidades locais, visto que, como destaca Yachin e Ioannides (2020), os recursos da localidade são explorados pelos empreendedores que mobilizam a comunidade como um todo. Assim, a cooperação é influenciada pela mobilização de recursos na comunidade e, cada comunidade pode ter diferentes níveis de cooperação entre empreendedores ou moradores locais (Korsgaard et al., 2015).

A cultura tradicional pode ser aprimorada por questões da cooperação e se relaciona também às dificuldades locais (Brandenburg, 2010; Urano & Nóbrega, 2020), considerando que as comunidades tradicionais foram construídas em espaços e contextos de ataques e exploração (Hocayen-da-Silva et al., 2016). Assim, dificuldades locais somadas à cultura local possibilitam a reinterpretação e utilização de novos recursos (Yachin & Ioannides, 2020).

Já a imersão social influencia: i) as potencialidades locais ao possibilitar a interação conjunta dos membros da comunidade; ii) a cooperação ao determinar diferentes níveis de cooperação no contexto da comunidade; iii) a cultura local ao considerar conhecimentos tradicionais dos costumes. iv) as dificuldades locais ao verificar como os membros lidam com elas; e v) os recursos visto que a imersão social facilita o processo de conhecer o local.

Por fim, as ações de bricolagem espacial necessitam dessa reinterpretação de recursos das potencialidades locais, da cooperação entre os membros, da cultura local e busca resolver alguma dificuldade local. Assim, a imersão se destaca como um importante antecedente de ações de bricolagem espacial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar e discutir aspectos teóricos da bricolagem espacial, considerando a perspectiva da imersão social no empreendedorismo no contexto de comunidades tradicionais. Além disso, teve como objetivo a apresentação de proposições teóricas e propor um modelo teórico que relaciona a bricolagem espacial e a imersão social com o empreendedorismo em comunidades tradicionais.

De forma sintética, apresentou-se um breve destaque das características das comunidades tradicionais, apresentando perspectivas teóricas que podem auxiliar na compreensão das especificidades do empreendedorismo nesse tipo de comunidade. Assim, apresentou-se questões relativas à imersão social e como ela se relaciona com a bricolagem espacial no contexto do empreendedorismo.

Uma das conclusões do estudo é que Utilizar a lógica do Levi-Strauss (1962) nós ajuda a incluir a bricolagem no contexto do empreendedorismo, visto que o comportamento do empreendedor em locais de escassez de recursos pode ser explicada pelos achados do clássico livro do autor (Stinchfield et al., 2013). Assim, inserir a questão espacial das comunidades tradicionais na lógica da bricolagem clássica de Levi-Strauss (1962) e da bricolagem empreendedora de Baker e Nelson (2005) envolve utilizar de conceitos da imersão social de Granovetter (1973), inaugurando um específico tipo de bricolagem, a espacial.

A revisão e discussão realizada nesse ensaio não tem a intenção de esgotar a literatura nem os achados teóricos sobre o assunto. Sendo assim, uma das grandes limitações do ensaio teórico é ainda não ter acesso a dados empíricos para testar as proposições e modelo teórico proposto. Outra limitação é a pouca disponibilidade de trabalhos teóricos ou empíricos que tratam diretamente da bricolagem espacial, ainda mais no contexto nacional.

Sugere-se que as proposições teóricas propostas neste ensaio sejam testadas em contextos empíricos de comunidades tradicionais. No entanto, vale lembrar que são cada comunidade possui seu próprio contexto, dificultando o destaque de padrões teóricos. Essa realidade pode ser particularmente interessante ao possibilitar comparações de formas diferenciadas de bricolagem nos espaços delimitados de comunidades.

A realização de estudos empíricos deve envolver diferentes tipos de comunidades e povos tradicionais, tais como quilombolas, indígenas, ribeirinhos entre outros. Sugere-se então a realização de pesquisas que evidenciam ações de bricolagem espacial em diferentes territórios tradicionais. Cada povo tem sua forma de enxergar o mundo e de se organizar, portanto, destacar a forma de se organizar irá possibilitar achados teóricos sobre a bricolagem.

Por fim, sugere-se a utilização da abordagem da antropologia estrutural de Lévi-Strauss (1989) que solicita que a abordagem do pesquisador deve ir além do eurocentrismo e considerar o conhecimento produzido nas

comunidades como tecnologias próprias. Tais tecnologias são artefatos que ajudarão a evidenciar e avançar na teoria do conceito da bricolagem espacial.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. W. B., & Farias Júnior, E. A. (2013). *Povos e comunidades tradicionais: Nova cartografia social*. U. Edições.
- Alvarez, S. A., & Barney, J. B. (2014). Entrepreneurial Opportunities and Poverty Alleviation. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 38(1), 159-184. <https://doi.org/10.1111/etap.12078>
- Baker, T., & Nelson, R. E. (2005). Creating something from nothing: Resource construction through entrepreneurial bricolage. *Administrative Science Quarterly*, 50(3), 329-366. <https://doi.org/10.2189/asqu.2005.50.3.329>
- Barney, J. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99-120. <https://doi.org/10.1177/014920639101700108>
- Barretto Filho, H. T. (2006). Populações tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*, 109-144.
- Bouças da Silva, D. L., Hoffmann, V. E., & Costa, H. A. (2020). Confiança em redes de cooperação do turismo: Análise de seu papel e elementos vinculados em Parnaíba, Piauí, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(2), 9-29. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1535>
- Bovo, C. R. M. (2014). A contribuição da teoria da rede social de Mark Granovetter para a compreensão do funcionamento dos mercados e a atuação das empresas. *Pensamento & Realidade*, 29(3).
- Brandenburg, A. (2010). Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, 13(2), 417-428. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2010000200013>
- Brandt, M., & Nodari, E. S. (2011). Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: Territorialidade e memória. *Historia Unisinos*, 15(1), 80-90. <https://doi.org/10.4013/htu.2011.151.09>
- Cárdenas, L., Lopes, F., & Baldi, M. (2011). Arranjos cooperativos sob a ótica da imersão social e da economia dos custos de transação: Um estudo de caso. *Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 8(3), 204-219. <https://doi.org/10.4013/base.2011.83.01>
- Carvalho, A. V., & Macedo, J. P. (2018). Povos e comunidades tradicionais: Revisão sistemática da produção de conhecimento em Psicologia. *Psicologia - Teoria e Prática*, 20(3), 180-197. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n3p198-215>
- Carvalho, P. A. H. V., & Cohen, M. (2019). Empreendedorismo sustentável enquanto empreendedorismo institucional: Estratégias de mobilização e de legitimação para a mudança. *Revista Pretexto*, 20(2), 121-140. <https://doi.org/10.21714/pretexto.v20i2.6935>
- Castro, R. R. A., & Oliveira, M. C. C. (2016). Os termos “populações” e “comunidades” tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico. *Mundo Amazônico*, 7(1-2). <https://doi.org/10.15446/ma.v7.55919>
- Corrêa, V. S., Vale, G. M. V., Melo, P. L. R., & Cruz, M. A. (2020). O “Problema da Imersão” nos Estudos do Empreendedorismo: Uma Proposição Teórica. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(3), 232-244. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190096>
- Costa, P. D. A., Seifert, R. E., Meira, F. B., & Hocayen-da-silva, A. J. (2018). Provocações epistemológicas, teóricas e metodológicas a partir de experiências empíricas de organizações alternativas e contra hegemônicas. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5 (13), 477-495.
- Cunha, M. C. (2007). Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, 75, 76-84. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>
- Davidsson, P. (2015). Entrepreneurial opportunities and the entrepreneurship nexus: A re-conceptualization. *Journal of Business Venturing*, 30(5), 674-695. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2015.01.002>
- Davidsson, P., Baker, T., & Senyard, J. M. (2017). A measure of entrepreneurial bricolage behavior. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 23(1), 114-135. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-11-2015-0256>
- Desa, G. (2012). Resource Mobilization in International Social Entrepreneurship: Bricolage as a Mechanism of Institutional Transformation. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 36(4), 727-751. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00430.x>
- Domenico, M. L., Haugh, H., & Tracey, P. (2010). Social bricolage: Theorizing social value creation in social enterprises. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 34(4), 681-703. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00370.x>
- Duymedjian, R., & Rüling, C. C. (2010). Towards a foundation of bricolage in organization and management theory. *Organization Studies*, 31(2), 133-151. <https://doi.org/10.1177/0170840609347051>
- Fisher, G. (2012). Effectuation, causation, and bricolage: A behavioral comparison of emerging theories in entrepreneurship research. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 36(5), 1019-1051. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2012.00537.x>
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 81(6), 1287-1303.
- Granovetter, M. (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510. <https://doi.org/10.1086/228311>
- Granovetter, M. (1992). Economic Institutions as Social Constructions: A Framework for Analysis. *Acta Sociologica*, 35(1), 3-11. <https://doi.org/10.1177/000169939203500101>
- Hanazaki, N., Zank, S., Fonseca-Kruel, V. S., & Schmidt, I. B. (2018). Indigenous and traditional knowledge, sustainable harvest, and the long road ahead to reach the 2020 global strategy for plant conservation objectives. *Rodriguesia*, 69(4), 1587-1601. <https://doi.org/10.1590/2175-7860201869409>
- Hocayen-da-Silva, A., Vizeu, F., & Seifert, R. E. (2016). Formas não convencionais de organização na América Latina: Reflexões acerca do discurso de desenvolvimento no modo de vida dos faxinais. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 1156-1253.
- Hocayen-da-Silva, A. J. (2015). *Formas não convencionais de Organização: Reflexões a partir das Comunidades Tradicionais de Faxinais*. U. Positivo.
- Jack, S. L., & Anderson, A. R. (2002). The effects of embeddedness on the entrepreneurial process. *Journal of Business Venturing*, 17(5), 467-487. [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(01\)00076-3](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(01)00076-3)
- Johnson, A. G. (1997). *The Blackwell dictionary of sociology (a user's guide to sociological language)*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Klerk, S. (2015). The creative industries: An entrepreneurial bricolage perspective. *Management Decision*, 53(4), 828-842. <https://doi.org/10.1108/MD-03-2014-0169>
- Korsgaard, S., Anderson, A., & Gaddefors, J. (2016). Entrepreneurship as re-sourcing. *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*, 10(2), 178-202. <https://doi.org/10.1108/JEC-03-2014-0002>
- Korsgaard, S., Ferguson, R., & Gaddefors, J. (2015). The best of

- both worlds: How rural entrepreneurs use placial embeddedness and strategic networks to create opportunities. *Entrepreneurship and Regional Development*, 27(9-10), 574-598. <https://doi.org/10.1080/08985626.2015.1085100>
- Korsgaard, S., Müller, S., & Welter, F. (2021). It's right nearby: How entrepreneurs use spatial bricolage to overcome resource constraints. *Entrepreneurship and Regional Development*, 33(1-2), 147-173. <https://doi.org/10.1080/08985626.2020.1855479>
- Larsen, J. S. K., Lauvås, T., & Sørheim, R. (2022). In the same boat? The dynamics of embedded firms in peripheral regions. *Entrepreneurship and Regional Development*, 34(3-4), 247-268. <https://doi.org/10.1080/08985626.2022.2055151>
- Lévi-Strauss, C. (1989). Pensamento Selvagem. In T. Pelegrini (Ed.), *O Pensamento Selvagem* (1st ed.). Papirus.
- Lopes, J., Ferreira, J., & Farinha, L. (2021). Entrepreneurship and the resource-based view: What is the linkage? A bibliometric approach. *International Journal of Entrepreneurial Venturing*, 13(2). <https://doi.org/10.1504/IJEV.2021.114408>
- Machado, H. P. V. (2020). Bricolagem na criação e trajetória de um circo contemporâneo. *Organizações & Sociedade*, 27(93), 314-332. <https://doi.org/10.1590/1984-9270938>
- Maciel, C. O., Taffarel, M., & Camargo, C. (2014). Embeddedness estrutural e espacial em redes estratégicas: Efeitos atitudinais no nível das díades. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 15(3), 166-190. <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n3p166-190>
- McKague, K., & Oliver, C. (2016). Network Bricolage as the Reconciliation of Indigenous and Transplanted Institutions in Africa. *Africa Journal of Management*, 2(3), 300-329. <https://doi.org/10.1080/23322373.2016.1210952>
- McKeever, E., Jack, S., & Anderson, A. (2015). Embedded entrepreneurship in the creative re-construction of place. *Journal of Business Venturing*, 30(1), 50-65. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2014.07.002>
- Mocellim, A. D. (2010). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Plural*, 17(2). <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2010.74542>
- Moraes, N. R., Campos, A. C., Silva, M. L., & Souza, F. C. (2017). Comunidades tradicionais: Cultura e identidade. *Revista Observatório*, 3(5), 501-522. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p501>
- Newbert, S. L., & Tornikoski, E. T. (2013). Resource Acquisition in the Emergence Phase: Considering the Effects of Embeddedness and Resource Dependence. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 37(2), 249-280. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2011.00461.x>
- Nowak, V., & Raffaelli, P. (2022). The interconnected influences of institutional and social embeddedness on processes of social innovation: A Polanyian perspective. *Entrepreneurship and Regional Development*, 34(3-4), 319-342. <https://doi.org/10.1080/08985626.2022.2049376>
- Oliveira, C. A. F., & Blos, W. S. (2012). Ecoturismo: Desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação. *Caderno Virtual de Turismo*, 12(2), 137-151.
- Pahnke, E. C., McDonald, R., Wang, D., & Hallen, B. (2015). Exposed: Venture capital, competitor ties, and entrepreneurial innovation. *Academy of Management Journal*, 58(5), 1334-1360. <https://doi.org/10.5465/amj.2012.0777>
- Perkmann, M., & Spicer, A. (2014). How emerging organizations take form: The role of imprinting and values in organizational bricolage. *Organization Science*, 25(6), 1785-1806. <https://doi.org/10.1287/orsc.2014.0916>
- Polanyi, K. (2000). A grande transformação: As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Compus.
- Redhead, G., & Bika, Z. (2022). 'Adopting place': How an entrepreneurial sense of belonging can help revitalise communities. *Entrepreneurship and Regional Development*, 34(3-4), 222-246. <https://doi.org/10.1080/08985626.2022.2049375>
- Reypens, L., Bacq, S., & Milanov, H. (2021). Beyond bricolage: Early-stage technology venture resource mobilization in resource-scarce contexts. *Journal of Business Venturing*, 36(4), 106110. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2021.106110>
- Roberts, L. (2018). Spatial Bricolage: The Art of Poetically Making Do. *Humanities*, 7(2), 43. <https://doi.org/10.3390/h7020043>
- Salunke, S., Weerawardena, J., & McColl-Kennedy, J. R. (2013). Competing through service innovation: The role of bricolage and entrepreneurship in project-oriented firms. *Journal of Business Research*, 66(8), 1085-1097. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2012.03.005>
- Scazzioti, V., Andreassi, T., Ribeiro Serra, F. A., & Guerrazzi, L. (2020). Expanding knowledge frontiers in entrepreneurship: Examining bricolage and effectuation. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 26(5), 1043-1065. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-11-2019-0638>
- Senyard, J., Baker, T., Steffens, P., & Davidsson, P. (2014). Bricolage as a path to innovativeness for resource-constrained new firms. *Journal of Product Innovation Management*, 31(2), 211-230. <https://doi.org/10.1111/jpim.12091>
- Silva, A. T. R. (2019). Protected areas, Amazonian traditional people and new conservationist arrangements. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(99). <https://doi.org/10.1590/349905/2019>
- Stinchfield, B. T., Nelson, R. E., & Wood, M. S. (2013). Learning From Levi-Strauss' Legacy: Art, Craft, Engineering, Bricolage, and Brokerage in Entrepreneurship. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 37(4), 889-921. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2012.00523.x>
- Trettin, L., & Welter, F. (2011). Challenges for spatially oriented entrepreneurship research. *Entrepreneurship and Regional Development*, 23(7-8), 575-602. <https://doi.org/10.1080/08985621003792988>
- Urano, D. G., & Nóbrega, W. R. M. (2020). Community-based tourism and networks: An analysis of the collaborative relationships in the Tucum Network, Brazil. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 9(3), 408-434. <https://doi.org/10.5585/podium.v9i3.15916>
- Uzzi, B. (1997). Social structure and competition in interfirm networks: The paradox of embeddedness. *Administrative Science Quarterly*, 42(1), 35-67. <https://doi.org/10.2307/2393808>
- Vale, G. M. V., & Corrêa, V. S. (2015). Estrutura social e criação de empresas. *Revista de Administração*, 50(4), 432-446. <https://doi.org/10.5700/rausp1211>
- Vestrum, I. (2014). The embedding process of community ventures: creating a music festival in a rural community. *Entrepreneurship and Regional Development*, 26, 619-644. <https://doi.org/10.1080/08985626.2014.971076>
- Vial, V., & Hanoteau, J. (2015). Returns to Micro-Entrepreneurship in an Emerging Economy: A Quantile Study of Entrepreneurial Indonesian Households' Welfare. *World Development*, 74, 142-157. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.04.008>
- Vieira, V. G., Oliveira, V. M., & Chim-Miki, A. F. (2022). Elementos formadores das dimensões do empreendedorismo social. *Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 11(3), e2097.
- Villares-Varela, M., Ram, M., & Jones, T. (2018). Bricolage as Survival, Growth and Transformation: The Role of Patch-

- Working in the Social Agency of Migrant Entrepreneurs. *Work, Employment and Society*, 32(5), 942-962. <https://doi.org/10.1177/0950017018768203>
- Welter, F. (2011). Contextualizing Entrepreneurship — Conceptual Challenges and Ways Forward. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 35(1), 165-184. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00427.x>
- Wigren-Kristoferson, C., Brundin, E., Hellerstedt, K., Stevenson, A., & Aggestam, M. (2022). Rethinking embeddedness: A review and research agenda. *Entrepreneurship and Regional Development*, 34(1-2), 32-56. <https://doi.org/10.1080/08985626.2021.2021298>
- Yachin, J. M., & Ioannides, D. (2020). “Making do” in rural tourism: The resourcing behaviour of tourism micro-firms. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(7), 1003-1021. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1715993>
- Yu, X., Li, Y., Su, Z., Tao, Y., Nguyen, B., & Xia, F. (2020). Entrepreneurial bricolage and its effects on new venture growth and adaptiveness in an emerging economy. *Asia Pacific Journal of Management*, 37(4), 1141-1163. <https://doi.org/10.1007/s10490-019-09657-1>
- Zahra, S. A., Wright, M., & Abdelgawad, S. G. (2014). Contextualization and the advancement of entrepreneurship research. *International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship*, 32(5), 479-500. <https://doi.org/10.1177/0266242613519807>

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)**

Av. da Universidade – 2486, Benfica
CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Paulo Rogério Faustino Matos
Danielle Augusto Peres

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@ufc.br



A Contextus está classificada no sistema Qualis – Capes como periódico B1, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2013-2016).



A Contextus está de acordo e assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.

EDITOR-CHEFE

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORES ADJUNTOS

Alane Siqueira Rocha (UFC)

Márcia Zabdiele Moreira (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)

Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)

Allysson Alex Araújo (UFC)

Andrew Beheregarai Finger (UFAL)

Armando dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)

Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB)

Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB)

Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC)

Dalton Chaves Vilela Júnior (UFAM)

Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)

Ellen Campos Sousa (Gardner-Webb, EUA)

Gabriel Moreira Campos (UFES)

Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU)

Henrique César Muzzio de Paiva Barroso (UFPE)

Jorge de Souza Bispo (UFBA)

Keysa Manuela Cunha de Mascena (UNIFOR)

Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos Ferreira (UNINOVE)

Marcos Cohen (PUC-Rio)

Marcos Ferreira Santos (La Sabana, Colômbia)

Mariluce Paes-de-Souza (UNIR)

Minelle Enéas da Silva (La Rochelle, França)

Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB)

Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)

Rosimeire Pimentel (UFES)

Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA)

Susana Jorge (UC, Portugal)

Thiago Henrique Moreira Goes (UFPR)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)

Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)

Danielle Augusto Peres (UFC)

Diego de Queiroz Machado (UFC)

Editinete André da Rocha Garcia (UFC)

Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)

Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)

Fátima Regina Ney Matos (ISMT)

Mario Henrique Ogasavara (ESPM)

Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)

Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)

Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)

Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)

Denise Del Pra Netto Machado (FURB)

Eduilson Bernardes (Georgia Southern University)

Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)

Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)

Francisco José da Costa (UFPB)

Isak Kruglianskas (FEA-USP)

José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)

José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)

José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)

José Célio de Andrade (UFBA)

Luciana Marques Vieira (UNISINOS)

Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)

Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)

Marcelle Colares Oliveira (UFC)

Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)

Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)

Mozar José de Brito (UFL)

Renata Giovinazzo Spers (FEA-USP)

Sandra Maria dos Santos (UFC)

Walter Bataglia (MACKENZIE)